



PLATAFORMA . PORTUGUESA

Solidariedade Global, pobreza, alterações climáticas e migrações na agenda política para as eleições de 9 de junho

Candidatos ao Parlamento defendem que a União Europeia deve contribuir para o desenvolvimento global

Lisboa, 24 de maio de 2024 – O reforço da capacidade de atuação da União Europeia na promoção do desenvolvimento global sustentável dominou o debate ‘A União Europeia e a cooperação para o desenvolvimento: que futuro para uma Europa global e solidária?’, que decorreu esta quinta-feira, no ISCTE, em Lisboa, e que foi organizado pela Plataforma Portuguesa das ONGD, FEC - Fundação Fé e Cooperação, IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr, e Centro de Estudos Internacionais (CEI) do ISCTE-IUL

A pobreza, as alterações climáticas e as migrações foram alguns dos outros pontos abordados pelo painel de candidatos: Hélder Sousa e Silva (AD), Bruno Gonçalves (PS), Francisco Almeida Leite (Chega), António Costa Amaral (IL), Alexandre Abreu (BE), João Pimenta Lopes (CDU), Filipe Caetano (Livre) e Rodrigo Andrade (PAN) defenderam uma maior cooperação por parte da União Europeia para o desenvolvimento global.

Em destaque esteve a discussão sobre o papel das políticas de cooperação para o desenvolvimento da UE na resposta aos desafios globais, e como responder a uma tendência europeia de utilização da ajuda ao desenvolvimento para conter fluxos migratórios em países terceiros que não respeitam os direitos humanos.

Hélder Sousa e Silva (AD) defendeu que a relação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) deve ser reforçada a nível europeu, enquanto Bruno Gonçalves (PS) assumiu que a cooperação deve ser instrumentalizada, mas a favor da democracia, dos direitos humanos, e desenvolvimento das pessoas em qualquer parte do mundo. Francisco Almeida Leite (CH) considerou que é importante assegurar que o investimento em defesa não retira capacidade de atuação em áreas como a cooperação

para o desenvolvimento, e António Costa Amaral (IL) lembrou a obrigação ética da UE em cooperar com outras regiões do mundo.

Alexandre Abreu (BE) assinalou que a securitização das políticas europeias de cooperação, que hoje se concentram na vizinhança europeia, já é uma realidade, e João Pimenta Lopes (CDU) lembrou a importância de apostar mais na criação de infraestruturas nos países parceiros como forma de contribuir para o seu desenvolvimento. Filipe Caetano (L) referiu que o apoio concedido pela UE às ONG que prestam suporte humanitário em situações de crise não é suficiente, enquanto Rodrigo Andrade (PAN) defendeu a importância de garantir que a ajuda europeia não se transforma num instrumento dedicado a extrair recursos naturais dos países em desenvolvimento.

O recém-aprovado Pacto Europeu para a Migração e Asilo foi outro dos pontos em destaque no debate. O pacote de medidas aprovadas pelo Parlamento Europeu na última semana da legislatura inclui cinco pontos fulcrais, mas os que mais preocupam os candidatos presentes no debate prendem-se com o Regulamento de Triagem que prevê um procedimento de pré-entrada para examinar rapidamente o perfil; O Regulamento sobre Procedimentos de Asilo que refere que o procedimento de fronteira aplicar-se-á aos migrantes que representem um risco para a segurança nacional, forneçam informações enganosas ou sejam provenientes de países com baixas taxas de reconhecimento, como Marrocos, Paquistão e Índia. E o Regulamento de Gestão do Asilo e da Migração que estabelece um sistema de "solidariedade obrigatória" que oferecerá aos Estados-membros três opções para gerir os fluxos migratórios: acolher um certo número de requerentes de asilo, pagar 20 mil euros referentes às despesas de acolhimento caso não queira acolher pessoas, e financiar suporte adicional.

Para Hélder Sousa e Silva (AD), "foi um passo fraco relativamente ao ponto em que estávamos. O que acabou por ser aprovado é coxo. As famílias, não devem ser divididas". Já para Bruno Gonçalves (PS), "foi o pacto possível" e defendeu que "a migração deve ser ordenada, regular e segura".

Francisco Almeida Leite, referiu que o partido também é contra o pacto. "O Chega não é contra a migração. É contra a imigração ilegal", salientou. António Costa Amaral referiu que "as pessoas não são carne para canhão para equilibrar as contas públicas".

João Pimenta Lopes salientou que “foi o acordo possível que as forças políticas determinaram”. Rodrigo Andrade, referiu que “o pacto desumaniza quem quer vir para Portugal ter uma vida melhor. Não é ético e viola os direitos humanos”. Filipe Caetano salientou que “foi definido quanto é que vale uma pessoa: 20 mil euros”.

Ana Patricia Fonseca, presidente da Plataforma Portuguesa ONGD referiu que “As múltiplas crises que vivemos deixaram clara a importância da Cooperação Internacional e tornam evidente que a resposta aos desafios globais requer soluções, também elas, globais”.

“A relevância histórica da União Europeia enquanto elemento comprometido com a solidariedade internacional, terá de na próxima legislatura prosseguir com as políticas de cooperação assentes nas suas prioridades fundacionais: erradicação da pobreza, redução das desigualdades e promoção do desenvolvimento humano, capazes de garantir a consolidação da paz e da estabilidade global”, sublinhou.

###

Sobre a Plataforma Portuguesa das ONGD:

A Plataforma Portuguesa das ONGD (Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento) é uma organização independente, plural e sem fins lucrativos, constituída em 1985. Representa diversas ONGD registadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e trabalha em prol da justiça global e do desenvolvimento sustentável. A sua atuação centra-se na Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária e de Emergência. Através da influência política, capacitação da sociedade civil e comunicação para o desenvolvimento, a Plataforma promove a solidariedade entre os povos e contribui para um mundo mais justo e equitativo.

Para mais informações, contactar:

Isabel Henriques

T: +351 937084645

E: isabel@weareaurora.pt